

## ESCASSEZ DE FORÇA DE TRABALHO: UMA REVISÃO DA LITERATURA INTERNACIONAL E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS EMPÍRICOS REFERENTES AO BRASIL

Paulo A. Meyer M. Nascimento

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea e Doutorando em Economia na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Este texto busca sistematizar o debate sobre escassez de força de trabalho qualificada e sintetizar as evidências surgidas no Brasil nos últimos anos sobre o tema. É apresentada revisão da literatura internacional a respeito da escassez de trabalho qualificado, é discutida a produção recente que investiga – a partir de métodos e bases de dados variados – sinais de carência ou não de força de trabalho qualificada no Brasil e é proposta uma interpretação das evidências disponíveis. Argui-se que não há indícios concretos para afirmar que tenha havido escassez generalizada de trabalho qualificado nos anos 2000 no Brasil.

A despeito disso, teriam ocorrido alguns cenários de escassez para certas ocupações e em alguns setores de atividade econômica. Problemas desta natureza parecem ter sido mais evidentes, contudo, entre a força de trabalho empregada nos estratos menos qualificados da hierarquia ocupacional – ou seja, mais entre os trabalhadores de níveis básicos de escolaridade que entre carreiras normalmente associadas com escolaridade em nível superior. Esta conclusão geral vem do fato de que, na média, o preço relativo da força de trabalho vem caindo para quem possui nível superior e subindo para algumas categorias técnicas de nível intermediário e para quem tem empregos que exigem baixa qualificação.

Entre as carreiras típicas de nível superior, parece haver indícios de escassez mais pronunciada de profissionais médicos. Alguma indicação também haveria – para alguns especialistas – de escassez de professores da educação básica, particularmente nas exatas e em sociologia. Entre profissionais das engenharias, dados gerais de remuneração e horas de trabalho escondem a escassez relativa que transparece em alguns setores específicos, a exemplo da construção civil, da indústria extrativa mineral, dos serviços industriais de utilidade pública, da indústria de transformação e da administração pública. Também se revelou no período

relativa escassez de engenheiros com idade entre 35 e 54 anos, faixa etária normalmente associada a níveis de experiência e de momento na carreira propícios para funções de liderança em atividades de engenharia. Para o horizonte de tempo até 2020, no entanto, projeções indicam que estes cenários de escassez em engenharias e áreas tecnológicas tenderiam a desaparecer – a não ser que o país sustentasse níveis de crescimento econômico semelhantes – ou acima de – aos 4,5% observados entre 2004 e 2010, e que este crescimento decorresse principalmente de setores intensivos no uso de trabalho destas áreas.

Situações de eventuais desequilíbrios regionais ou setoriais – e até mesmo daqueles acarretados por questões geracionais – são passíveis de soluções de curto e médio prazo, influenciáveis em maior ou menor medida pelo poder público, pelas empresas ou pelos próprios trabalhadores. Além dos ajustes naturais de mercado – que se expressam, principalmente, por variações na remuneração, aumento no número de horas trabalhadas e fluxos migratórios domésticos –, destacam-se neste sentido a retenção de profissionais em vias de aposentarem-se e o retorno dos já aposentados, a redução das exigências para os postos de trabalho anunciados, os investimentos em capacitação e treinamento, o progressivo retorno de brasileiros que tenham migrado para outros países e a concessão de vistos de trabalho. Problemas mais estruturais, porém – em especial, os que se relacionem a deficiências no sistema educativo e à produtividade sistêmica da economia –, exigem esforços contínuos e de mais longo prazo dos agentes econômicos públicos e privados.